

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E
SUSTENTABILIDADE
SMAMUS
CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
COMAM

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

Data: 25 de março de 2021

Horário: das 14h00min às 16h15min

Local: via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL DO COMAM, em razão do decreto municipal a fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia entre as pessoas.

Porto Alegre/RS

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1 No dia 25 dias do mês de março de 2021, o Conselho Municipal do Meio Ambiente se
2 reuniu, via ZOOM, denominado PLENÁRIA VIRTUAL, em razão do decreto municipal a
3 fim de combater o coronavírus e a propagação da pandemia, às quatorze horas, para o
4 ato solene. **PRESENTES:** Germano Bremm e Ângela Molin, **Secretaria Municipal de**
5 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS;** Luciane Martins Pinheiro,
6 **GP;** Gabriela Schardosim Cardoso, **SMDET;** Liliane dos Santos Conca, **DMAE;** Dannyele
7 Ribeiro Fagundes, **SMSURB;** Matheus Stapassoli Piato, **CREA;** Andrea Pinto Loguércio,
8 **UFRGS;** Marília Longo do Nascimento, **OAB/RS;** José Renato Barcelos, **MJDH;** Paulo
9 Renato Menezes e Simone Portela de Azambuja, **AGAPAN;** Thiago Gimenez Fontoura,
10 **Associação Toda Vida;** José Truda Palazzo, **Instituto Augusto Carneiro;** e Simone
11 Steigleder Botelho, **AMA Guaíba. DEMAIS PRESENTES:** Marcelo Sartori, **Diretoria de**
12 **Licenciamento e Monitoramento Ambiental;** e Verônica Riffel, **Coordenadora das**
13 **Áreas Verdes.**

14 **PAUTA:**

15 **1. Abertura;**

16 **2. Comunicações;**

17 **3. Votação:**

18 **3.1. Aprovação das Atas de 28 de janeiro de 2021 e 25 de fevereiro de 2021;**

19 **3.2. Homologação de novos membros para as Câmaras Técnicas: Câmara Técnica**
20 **de Áreas Naturais e Paisagem Urbana – Titular representante da TODAVIDA: Thiago**
21 **Gimenez, no lugar de Lígia Miranda;**

22 **4. Ordem do Dia:**

23 **4.1. Apresentação do planejamento da DLMA - Diretoria de Licenciamento e**
24 **Monitoramento Ambiental e seus projetos para o ano de 2021;**

25 **4.2. Apresentação do resultado do plantio de vegetais em vias públicas, contrato de**
26 **2020, pela DAV – Diretoria de Áreas Verdes;**

27 **4.3. Apresentação aos membros do Conselho sobre o licenciamento da supressão**
28 **da vegetação em vias públicas pela CEEE pela DAV – Diretoria de Áreas Verdes;**

29 **4.4. Aprovação Expediente: SEI 19.0.000044683-4;**

30 **4.5. Agenda de reunião com a Comissão responsável pela Conferência Municipal de**
31 **Meio Ambiente (Julho/2021): ONG TODAVIDA e AGAPAN;**

32 **4.6. Deliberação Expediente: SEI 21.0.000021399-0 e 21.0.000013397-0;**

33 **4.7. Em análise pelas Câmaras Técnicas: Expediente SEI 18.0.000009561-0;**

34 **4.8. Em análise pelas Câmaras Técnicas: Expediente SEI 18.0.000045575-6.**

RELATO:

35 **1. ABERTURA:**

36 **Germano Bremm, Presidente e Secretário Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
37 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Olá, boa tarde, pessoal, tudo bem? Desculpe a demora,
38 um pouquinho atrasado, o pessoal está entrando aqui. Estou vedo toda a nossa equipe, o
39 Marcelo, nosso Diretor da Área Ambiental, tem uma apresentação. A Verônica, nossa
40 Coordenadora das Áreas Verdes. A Kelly, a Dra. Ângela, minha substituta no COMAM. Eu
41 entrei só para saudar a todos, desejar uma boa reunião. A Dra. Ângela vai conduzir os

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

42 trabalhos junto com vocês. Estou vendo a Gabriela também, excelente técnica do
43 município, nosso timaço da Secretaria, que vem hoje com uma pauta que a Dra. Ângela
44 organizou aí, algumas demandas do próprio Conselho. Então, algumas explicações a
45 gente vai trazer para vocês, o funcionamento, a questão dos contratos do plantio,
46 questões vinculadas ao licenciamento, vamos tentar introduzir algumas pautas e eu deixo
47 a condução dos trabalhos para a Dra. Ângela. Qualquer coisa eu estou por aqui, porque
48 tenho essa agenda que o Prefeito marcou no mesmo horário, mas a Dra. Ângela conduz o
49 trabalho. Um abraço a todos e estamos à disposição. **Ângela Molin, Secretária**
50 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada,
51 Secretário. Muito boa tarde a todos. Obrigada pelo comparecimento. Eu quero saudar em
52 especial aqui a Dra. Marília hoje, que nos honra com a sua presença. A Dra. Marília é
53 Presidente da Comissão de Direito Ambiental da OAB. Então, ficamos muito lisonjeados
54 hoje, não que a nossa colega Fernanda sempre bem vinda, mas também é importante a
55 gente ter uma maior participação de todos, de todas as entidades. Então, bem bom isso.
56 Nós vamos iniciar fazendo as inscrições para o período de Comunicação. Está completo o
57 quorum. Então, vamos começar com as inscrições para Comunicações e logo nós vamos
58 passar para a apresentação, se vocês concordam, nós teríamos três pontos antes das
59 apresentações, que são as comunicações, a aprovação da ata passada e a homologação
60 de uma substituição na Câmara Técnica de Paisagens Naturais. Pergunto se concordam
61 que logo após o período de Comunicações nós possamos passar às apresentações,
62 assim podemos liberar os colegas que são servidores e que também têm outras
63 demandas? Acho que sim, né? Acho que não há problema nesse sentido de a gente só
64 inverter. Perfeito. Então, temos comunicações do Conselheiro Tiago, o Conselheiro Paulo
65 Renato, o Conselheiro José Truda e o Conselheiro José Renato para alguma
66 comunicação inicial. Mais alguém que gostaria de fazer alguma comunicação inicial?
67 Então, vamos começar pelo Conselheiro Thiago.

68 **2. COMUNICAÇÕES:**

69 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Boa tarde, Presidente, demais
70 colegas conselheiros, conselheiras. Eu gostaria de fazer uma leitura, aí eu
71 peço à presidência a compreensão do tempo, sobre uma nota que foi aprovada no Fórum
72 dos Conselhos da Cidade, a respeito de uma fala do Prefeito Municipal a respeito dos
73 conselhos como um todo. Então, eu gostaria de dar leitura a essa nota. Eu acho
74 importante em razão do momento. Então, a nota fala o seguinte: (Leitura na íntegra):
75 *MANIFESTO EM DEFESA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS O Fórum Municipal dos*
76 *Conselhos da Cidade (FMCC), o qual agrega e articula os diversos conselhos municipais*
77 *que atuam como órgãos de controle social, com funções normativas, deliberativas e*
78 *fiscalizadoras, manifesta sua indignação e repúdio em relação à manifestação do prefeito*
79 *de Porto Alegre, senhor Sebastião Melo, na audiência pública chamada para discussão*
80 *da proposta de reforma da previdência do funcionalismo municipal, no dia 11 de março do*
81 *corrente ano, ao se referir aos conselhos. Assim se expressou o prefeito: Se conselhos*
82 *fossem deliberativos, não precisava eleição para prefeito. Reúne os conselhos, ninguém*
83 *governa e quem governa são os conselhos. Conselho opina e a gente pode respeitar a*
84 *opinião dos conselhos ou não. Se depender da minha vontade, quero mandar lei pra*
85 *Câmara pra tirar esse conceito deliberativo. Conselho tem que opinar. Quem tem que*
86 *decidir é a Câmara e o prefeito de Porto Alegre. Tal pronunciamento ignora a legislação*
87 *nacional, municipal e a história dos conselhos na cidade. A previsão da descentralização*
88 *e da participação popular está ancorada na Constituição Federal (CF 1988), que em seu*
89 *artigo primeiro, exara: Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união*
90 *indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado*

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

91 Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; [...]
92 Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes
93 eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição. (BRASIL, 1988) grifo nosso Na
94 Constituição Estadual do estado do Rio Grande do Sul assim figuram os conselhos: Art.
95 19.º A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes do Estado e dos
96 municípios, visando à promoção do bem público e à prestação de serviços à comunidade
97 e aos indivíduos que a compõem, observará os princípios da legalidade, da moralidade,
98 da impessoalidade, da publicidade, da legitimidade, da participação, da razoabilidade, da
99 economicidade, da motivação, da transparência e o seguinte: [...] § 2.º A ação político-
100 administrativa do Estado será acompanhada e avaliada, através de mecanismos estáveis,
101 por Conselhos Populares, na forma da lei. Por oportuno destaca-se também a legislação
102 municipal. Conforme art. 101 da Lei Orgânica (LO) do município de Porto Alegre: Art. 101.
103 Os Conselhos Municipais, cujas normas gerais são fixadas em Lei complementar, são
104 órgãos de participação direta da comunidade na administração Pública e têm por
105 finalidade propor e fiscalizar matérias referentes a setores da Administração, bem como
106 sobre elas deliberar. § 1º Os Conselhos Municipais serão compostos por representantes
107 de: I – órgãos da Administração Municipal; e II – conforme a área de atuação de cada
108 Conselho Municipal: a) entidades de moradores com atuação no Município; b) entidades
109 de classe com atuação no Município; c) instituições públicas ou privadas com atuação no
110 Município; e d) outras organizações da sociedade civil, desde que registradas ou
111 reconhecidas como tais e com atuação no Município. § 2º O Poder Legislativo terá
112 representação nos Conselhos Municipais somente naqueles casos em que tal
113 representação for condição para o recebimento, pelo Município, de recursos transferidos
114 por entes federais ou estaduais.” (NR) A LO é desdobrada pela Lei Complementar n.º
115 661/2010: Art. 1º Os Conselhos Municipais reger-se-ão pelo disposto nesta Lei
116 Complementar, nos termos do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. Art.
117 2º Os Conselhos Municipais são órgãos de participação direta da comunidade na
118 Administração Pública e têm por finalidade propor, fiscalizar e deliberar sobre matérias
119 referentes a cada setor da Administração Pública. Art. 3º Os Conselhos Municipais têm
120 por competência geral: I – estimular a participação popular nas decisões do Município de
121 Porto Alegre e no aperfeiçoamento democrático de suas instituições; II – atuar nas
122 formulações e no controle da execução da política setorial da Administração Municipal
123 que lhe afeta; III – estabelecer as diretrizes a serem observadas na elaboração dos
124 planos e dos programas de ações setoriais no âmbito municipal; IV – deliberar sobre
125 políticas, planos e programas referentes à política setorial; e V – elaborar seu regimento.
126 O voto não é uma “carta branca” para o poder discricionário. E a eleição do chefe do
127 poder executivo, em qualquer esfera, não se iguala, em uma república democrática, ao
128 poder de um imperador. Justamente, ao prever quão nefasta pode ser a atuação ilimitada
129 dos representantes, num período de mandato relativamente longo, há a previsão na CF e
130 nas legislações infraconstitucionais, estaduais e municipais de mecanismos de controle
131 social e participação. Ademais, causa estranhamento uma manifestação contraditória ao
132 compromisso firmado em campanha, de diálogo com a sociedade. A gestão municipal
133 anterior, desconsiderando o mandato de representante da população, governou de forma
134 autoritária, inclusive encaminhando projetos de lei sem a discussão com os setores
135 sociais interessados, sem considerar o contraditório, os diferentes e divergentes
136 interesses presentes na sociedade. Governou num único sentido e representando os
137 interesses de apenas alguns setores sociais. Assim foi a relação com os conselhos
138 municipais. Encaminhou projetos de lei que interferem e coíbem a atuação dos
139 colegiados, sem propor discussão com os conselhos e desconsiderando os interesses da
140 sociedade civil organizada. A rejeição nas urnas certamente foi reflexo desta postura

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

141 *autoritária. Os conselhos se constituem como patrimônio coletivo, órgãos de estado nos*
142 *quais são construídos democraticamente os consensos entre diferentes setores sociais,*
143 *sendo instrumentos importantes tanto para a elaboração de políticas públicas e controle*
144 *social, quanto no processo de implementação, acompanhamento dessas políticas, além*
145 *de constituírem-se como um espaço pedagógico de exercício da participação cidadã. O*
146 *gestor democrático não teme os conselhos, nem requer sua desconstituição. A cidade de*
147 *Porto Alegre tem uma longa tradição de participação democrática. Neste sentido,*
148 *conclamamos ao prefeito municipal que reconheça as instâncias de participação, se*
149 *disponha ao diálogo e marque seu mandato pelo fortalecimento da democracia. Fórum*
150 *Municipal dos Conselhos da Cidade, Em reunião plenária extraordinária em 17 de março*
151 *de 2021. Muito obrigado, Presidente, pelo tempo de comunicação. **Ângela Molin,***
152 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
153 Nós que agradecemos, Conselheiro. Então, passamos à próxima inscrição, que é o
154 Conselheiro Paulo Renato. **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Três rápidos itens que eu
155 quero colocar para vocês. Outro dia o meu filho Lucas me perguntou: “Pai, lá no conselho
156 de vocês não pode falar sobre ciclovias? Se tivesse mais ciclovias a gente andava mais
157 de bicicleta”. Eu disse: “Não, meu filho, a mobilidade tem uma interface muito importante
158 com o meio ambiente, vou lá levar essa demanda”; porque a gente sabe que tem um
159 plano cicloviário que deveria já ter implantado nos últimos 10 anos, esse plano tem mais
160 de 10 anos, cerca de 500 km de ciclovias e a última informação que eu tinha era um
161 pouco mais de 50 km, né. Então, nós estamos em um ritmo muito lento, parece a
162 vacinação no Brasil. Então, eu queria demandar junto ao COMAM, junto à Secretaria, eu
163 sei que é um ponto mais da mobilidade, outras áreas, mas com essas interfaces que nós
164 temos, né. Assim como outro dia eu também trouxe a reivindicação de manter fechado o
165 espaço lá do Bonfim, da Feira do Bonfim na José Bonifácio aos sábados. E a gente sabe
166 que um dos principais impactos ambientais hoje do mundo, que nós temos essa
167 emergência climática pelos combustíveis fósseis, né. Então, quanto mais pessoas e
168 tivermos uma cidade caminhável e bicicletável, mais saudável. E em reportagem, na
169 imprensa a gente fala também sobre a questão da pandemia, que as pessoas não
170 querem se aglomerar em coletivos, estão utilizando automóveis, mas hoje muitos
171 utilizando bicicletas. Então, eu trago essa demanda para ver isso. Outra coisa, tivemos a
172 notícia ontem que a Câmara de Vereadores aprovou o fim do plebiscito que exigia a
173 consulta à população para decidir sobre cercamento de parques. A gente agora a pouco
174 falou sobre um déficit democrático, no sentido do Prefeito contra conselhos, né, a Câmara
175 é contra ouvir a população, o Governo do Estado também quer privatizar sem ouvir a
176 população, no Governo Federal os conselhos foram extintos, já foram. O CONAMA
177 diminuiu, tinha 22 integrantes da sociedade civil, agora são 4, inclusive, com sorteio, a
178 AGAPAN foi sorteada há menos de um mês e recusou, porque não tem sentido esse tipo
179 de representação. Então, reforço também essa importante demanda de ouvirmos a
180 população, de reforçar os nossos conselhos, reforçando também a fala do Thiago. A
181 gente quer que os parques continuem abertos, especialmente, aqueles mais
182 representativos, como a Redenção, que isso seja envolvido com a população. Então, o
183 movimento ambiental se coloca contra os cercamentos dos parques, contra a privatização
184 de recursos fundamentais, como a água. No caso aqui em Porto Alegre também a
185 Prefeitura está encaminhando a privatização do DMAE, que é um órgão modelo, que não
186 tem sentido entrar nesse caminho. A gente quer mais democracia, mais participação e
187 que a população seja ouvida. E trago uma notícia de uma reunião que teve hoje de
188 manhã, a primeira reunião conjunta de duas câmaras técnicas, a reunião da Câmara
189 Técnica do Fundo e a dos Resíduos Sólidos, e mais os catadores. Isso que foi muito
190 importante, representantes dos interesses dos catadores para trocarmos impressões e

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

191 ouvimos sugestões para a construção do edital, finalmente um edital, que há muitos anos
192 a gente está pendente, a Prefeitura está pendente de produzir algo para a sociedade. E lá
193 na nossa Câmara Técnica do Fundo tem a ideia de propor alguma coisa em termos de
194 educação ambiental, que envolva gestão de resíduos, que envolva os catadores. Então,
195 hoje nós tivemos uma excelente aproximação e já traz uma demanda do próprio
196 movimento dos catadores, tem forma, tem organização, local e nacional, eles querem
197 participar do COMAM, eles querem uma vaga no COMAM. Achei muito interessante isso
198 e depois eu fui olhar, o COMAM deveria ter 27 vagas e só 22 estão ocupadas. Isso é até
199 vaga sobrando. Então, quero que o nosso Conselho aqui acolha essa solicitação, essa
200 vontade deles. A gente vai ter que ver como construir isso, se tem que mudar a lei, é uma
201 portaria, não me detive porque a reunião foi agora de manhã, né. Então, era isso, por
202 enquanto. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
203 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada, Conselheiro. Eu também vou falar
204 algumas coisinhas ao final. Eu quero falar sobre essa questão do edital, eu também tenho
205 um assunto que podemos agregar nessa questão. Então, passamos agora ao Conselheiro
206 José Truda. **José Truda Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:** Boa tarde, Dra. Ângela.
207 Boa tarde, companheiros de Conselho. Eu gostaria de muito brevemente me apresentar a
208 vocês e me colocar à disposição como novo representante do Instituto Augusto Carneiro.
209 Eu tenho um apreço muito grande pela gestão ambiental pública em Porto Alegre desde o
210 tempo em que fui estagiário da SMAM, na década de 80. Vejam vocês, né, na época que
211 não existia internet e a gente fazia coisa, né, Paulo Renato? E dizer que nós pretendemos
212 aqui no Conselho ter um protagonismo coordenado com as outras representações da
213 sociedade civil. E fazer ênfase em alguns temas que nos são muito caros, como é o caso
214 da arborização urbana, no sentido contemporâneo, dela não ser um enfeite, mas sim uma
215 ferramenta essencial para a qualidade de vida do meio urbano. E isso com o suporte para
216 a diversidade biológica nas cidades, que hoje toma uma importância muito grande quando
217 nós falamos em conservação da biodiversidade. E, na medida do possível, colaboramos
218 para que essa Secretaria cada vez mais honre o seu passado de pioneirismo e de
219 exemplo para todo o Brasil, que começou lá atrás com o Prefeito Guilherme Socias Villela
220 e vem até hoje acontecendo, graças em grande parte à participação essencial da
221 sociedade civil. Nesse sentido, gostaria de, em nome do Instituto, subscrever
222 integralmente a fala do Conselheiro Thiago e a carta do Fórum. Em um momento em que
223 no Brasil nós estamos vendo um ataque sistemático à participação cidadã nas decisões
224 tomadas pelo estado, estado esse que não é ente independente, ele é servidor do
225 público, ele é feito pela cidadania. E eu como Conselheiro eleito e caçado no Conselho
226 Nacional do Meio Ambiente, por outra instituição, sei muito bem que é importante nós
227 resistirmos a essas tentativas autoritárias de restringir a participação da sociedade civil.
228 No nosso entendimento isso não pode prosperar nem no plano federal e muito menos no
229 plano municipal, porque configura, conforme eu entendo que o Supremo Tribunal Federal
230 já determinou, um retrocesso inaceitável nos direitos e no regramento constitucional em
231 relação ao meio ambiente e a participação da cidadania na tomada de decisões sim pelos
232 órgãos do Estado. Também gostaria de nesta primeira intervenção fazer coro ao que foi
233 colocado na reunião anterior pelo Conselheiro José Renato, do Movimento de Justiça e
234 Direitos Humanos, no sentido de que 2 horas é muito pouco tempo para que este
235 Conselho possa se reunir e deliberar. Então, gostaria de reforçar o pleito para que nós
236 tenhamos mais tempo para trabalharmos nesta coisa tão importante, que é a gestão
237 ambiental em Porto Alegre. Muito obrigado. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de**
238 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada,
239 Conselheiro, seja bem vindo a este Conselho. Agora passamos ao Conselheiro José
240 Renato. **José Renato Barcelos, MJDH:** Em primeiro lugar, quero dar uma boa tarde a

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

241 todos, à Presidente também que está coordenando esta mesa. E de pronto já me
242 solidarizar também com o posicionamento do Conselheiro Thiago. Eu acho que o
243 documento do Fórum dos Conselhos é muito preciso e precavido do ponto de vista do
244 resguardo da democratização dos espaços coletivos. É apenas importante que se lembre
245 que o Brasil adotou um sistema compartilhado de competências para administrar o meio
246 ambiente, sobretudo, para guardar e para proteger o meio ambiente. Está estabelecido no
247 artigo 225 da Constituição Federal, está estabelecido na Lei da Política Nacional do Meio
248 Ambiente, na Lei nº 6938, que é uma lei extremamente importante. E as competências
249 estão muito bem claras, tanto no SISNAMA, quanto no SISMAM, que são sistemas
250 municipais de gestão do meio ambiente que compartilham exatamente ações do Estado e
251 da sociedade civil. Além disso, até porque, eu estava examinando rapidamente o nosso
252 regime, aliás, a lei complementar que criou o COMAM, no artigo 6º está muito bem fixada,
253 vamos assim, a responsabilidade compartilhada e a função são primeira do Conselho
254 Municipal do Meio Ambiente, que é exatamente servir de órgão de ligação entre a
255 administração pública e a sociedade civil. Então, não há como encontrar fundamento de
256 qualquer ângulo que se examine a posição do Prefeito Municipal. Ele deveria rever o seu
257 posicionamento, isso certamente vai encontrar uma série de resistências na sociedade
258 civil, como está encontrando o Governo Federal, que de certa forma repete essa postura
259 inadequada e absolutamente inconstitucional. Eu me solidarizo com o Conselheiro Truda
260 também, reitero aquele pedido, acho que o tempo que nós pudermos crescer às nossas
261 manifestações é muito importante, porque estimula o debate e este Conselho existe para
262 isso. Exatamente, eu acho que o Truda tem muita razão. Eu só quero destacar dois
263 pontos que eu já coloquei anteriormente aqui, em primeiro lugar, chamo de novo à
264 responsabilidade do Conselho para que avoque a si a responsabilidade do
265 posicionamento prévio com relação a empreendimentos importantes na Cidade de Porto
266 Alegre. Destaco dois iminentes aí, o Belvedere, que está prestes a se estabelecer no
267 Bairro Petrópolis, entre as Ruas Cristiano Fischer e a outra, que esqueci o nome agora,
268 próximo ao Jardim Botânico. E o Empreendimento Inter para Sempre, que também é uma
269 questão que o COMAM precisa examinar com cautela, porque o Internacional,
270 infelizmente, aproveitando-se de uma oportunidade, uma brecha, tenta, pelo menos na
271 minha opinião, no Movimento isso também está bem consolidado já, alterar e
272 descaracterizar a lei de 1956, que cedeu ao clube uma área importante em uma zona
273 nobre da cidade com uma finalidade muito específica e não para empreendimentos
274 comerciais de alto porte. Há todo um movimento importante, acho que o COMAM tem que
275 tomar conhecimento, como o Belvedere também. Eu sei que já foi autorizada a licença
276 prévia, concedida para a construção do hipermercado, mas ainda há pendência em
277 relação ao shopping center e as torres comerciais. Então, é hora sim de pedirmos
278 esclarecimentos. Eu também fiz uma proposta na última reunião de que o setor de
279 licenciamento ambiental compareça ao COMAM para esclarecer sobre os critérios que
280 estão sendo utilizados para a liberação dessas licenças. Em princípio seria isso, eu
281 agradeço por me conceder. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio**
282 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheiro. Anotado. Agora o
283 Conselheiro Matheus. **Matheus Stapassoli Piato, CREA:** Obrigado. Boa tarde. Eu só
284 queria deixar o registro de que hoje ocorreu a nossa votação do coordenador e
285 coordenador adjunto do Conselho de Meio Ambiente do CREA-RS. Eu fui remanejado
286 para coordenador do nosso Conselho para 2020/2022, e a minha subcoordenadora, a
287 Geóloga Cassiana. E nós queremos deixar o espaço aberto para o COMAM e seus
288 conselheiros, que qualquer demanda que tiverem do CREA dentro do âmbito de
289 fiscalização ao que nos cabe, nós estamos de portas abertas. A Presidente Nanci e o
290 Valmor, estamos todos de portas abertas aos senhores, vamos atender as demandas do

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

291 COMAM, atender as demandas dos municípios. Como eu tinha dito na reunião passada
292 para o Secretário, nós vamos fiscalizar as prefeituras, nós vamos estar dentro das
293 prefeituras fiscalizando os técnicos, fiscalizando as RTs, fiscalizando atribuições, que este
294 sim é o nosso papel. O papel não é das prefeituras ou de órgão ambiental estadual
295 fiscalizar a atribuição, quem fiscaliza somos nós e os conselhos. Nós vamos estar dentro
296 das prefeituras fiscalizando os técnicos, ver se o trabalho está sendo conforme as suas
297 atribuições profissionais. Muito obrigado, estamos à disposição, o COEMA e o CREA
298 estão à disposição do COMAM para qualquer demanda que aparecer. Muito obrigado.
299 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
300 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada, Conselheiro. Passamos para a Dra.
301 Marília. **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:** Olá, boa tarde a todos e a todas.
302 Obrigada, Dra. Ângela, pela deferência, é um prazer integrar este Conselho e representar
303 a OAB sempre que eu tenho condições de acompanhar, especialmente, quando temos
304 pautas deliberativas. Eu pedi a palavra e serei breve, mas só para retomar o quanto foi
305 oportuna essa fala do Thiago e de trazer essa manifestação do Fórum Municipal de
306 Conselhos da Cidade. Nós estamos desde o início da gestão passada, do Prefeito
307 Marchezan, o Conselho Municipal de Meio Ambiente sofreu graves ameaças na sua
308 realização, nós ficamos muito tempo sem a instituição do Conselho. Depois que ele foi
309 criado e que nós conseguimos iniciar as reuniões, ele foi completamente esvaziado, sem
310 nenhuma pauta deliberativa ou consultiva e sem a criação das câmaras técnicas. Nós
311 passamos muito tempo batalhando para quem fossem respeitadas as normas, os
312 regimentos já instituídos. E agora nós já estamos vendo a relevância dessa participação,
313 desses grupos das câmaras técnicas para que os assuntos realmente transitem por esses
314 órgãos, que sim tem a função deliberativa e consultiva. Nós não somos, nós não estamos
315 aqui, até vou fazer uma crítica que eu já fiz em outras oportunidades, não nos interessa
316 nós estarmos aqui reunidos para vermos apresentações que deveriam ser públicas a toda
317 a sociedade. Nós queremos estar antes dessas apresentações, no Conselho devem
318 passar essas pautas antes de aprovação de alguma lei, antes da aprovação de alguma
319 norma em sentido geral, porque essa é a nossa atribuição, além de definir diretrizes para
320 a gestão ambiental municipal. Nós somos parte da gestão municipal, nós integramos, nós
321 somos agentes públicos integrantes da gestão quando nós assumimos o papel de
322 conselheiros. Então, nós precisamos nos apropriar dessa função e exercê-la como deve
323 ser exercida, mas para isso nós precisamos muito da colaboração do gestor, o Prefeito,
324 Secretário, que de fato compreendam essa relevância. E hoje foi um exemplo, o colega
325 trouxe o exemplo da Câmara Técnica, em que foi ouvida a sociedade que será
326 diretamente impactada por algumas das políticas públicas municipais, que são ali os
327 catadores. Então, esses temas precisam transitar pela sociedade e não há Fórum melhor
328 do que este do que depois de fazer uma lei ver que ela não se aplica só a nossa
329 sociedade, que ela é desconexa a nossa realidade. Então, eu pedi essa fala só para
330 reforçar, nós temos que batalhar e ocupar este nosso espaço. A Dra. Ângela esteve na
331 semana conosco e levou a LAC do município para a nossa Comissão de Direito Ambiental
332 da OAB, na ocasião nós reforçamos: bom, agora vem a regulamentação e o Conselho é
333 um dos fóruns em que nós vamos debater a regulamentação da LAC. Então, isso já tem
334 que ser pautado, nós temos que ocupar esse espaço, essas duas horas que nós
335 dispomos mensalmente para isso, para definir diretrizes, para construirmos normas, para
336 exercermos essa nossa função. Muito obrigada. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de**
337 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada, Conselheira
338 Marília. Passo novamente ao Conselheiro Thiago para encerrarmos as comunicações.
339 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Bom, Presidente, eu só tenho que
340 fazer duas pontuações muito importantes: uma que me preocupa, temos participado das

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

341 câmaras técnicas e é uma determinação legal que cabe à Secretaria oferecer o devido
342 suporte administrativo ao funcionamento do Conselho, isso também inclui as câmaras
343 técnicas. Acho que a responsabilidade dos presidentes é presidir as reuniões, pelo menos
344 acho que a plataforma para essas reuniões deveria ser oferecida pela Secretaria. Eu acho
345 que nós devemos pensar em uma forma que a Secretaria possa apoiar,
346 administrativamente, o funcionamento das câmaras técnicas. E isso urge, as câmaras
347 técnicas estão trabalhando, estão funcionando, mas precisam do suporte administrativo.
348 Conversando com outros conselheiros mais antigos, sempre houve um funcionário
349 destacado para acompanhar essas reuniões das câmaras técnicas e hoje pelo o que
350 tenho notado não está acontecendo. Sobre a questão das licenças, eu refiro o COMAM
351 no artigo 7º, fala em uma das suas atribuições, é muito claro: *Deliberar em última*
352 *instância administrativa, em grau de recurso sobre as penalidades e licenças ambientais*
353 *emitidas pelo poder público municipal.* Então, temos o dever legal de analisar,
354 principalmente essas licenças que vão causar uma grande degradação ambiental ou que
355 tem um custo ambiental muito alto para a cidade. Nós temos que ser ouvidos, nós
356 precisamos, isso precisa ser pautado e a Secretaria tem que nos franquear essas
357 informações. Como eu disse, estão acontecendo várias licenças, como o Conselheiro
358 José Renato já citou, que se nós não trouxermos aqui isso vai passar despercebido. Isso
359 não é positivo, isso é muito ruim para a cidade e para as nossas atribuições, como bem
360 disse a Dra. Marília, como conselheiros e como fiscalizadores do sistema municipal do
361 meio ambiente. Então, essa é a minha fala e desejo uma boa reunião a todos. **Ângela**
362 **Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
363 **SMAMUS:** Muito obrigada, Conselheiro. Antes de nós passarmos às apresentações que
364 temos para hoje, eu queria apenas dizer que com relação a essa questão de um
365 secretário para auxiliar nas câmaras técnicas, nós estamos verificando essa possibilidade
366 com o Gabinete. Nós tínhamos uma pessoa na semana passada que viria para a
367 Secretaria e aí nós já estávamos destacando ela para essa atividade, mas, infelizmente,
368 depois ela acabou indo para outra secretaria. Então, nós estamos com alguns currículos e
369 acreditamos que em breve a gente possa resolver essa questão. Com relação ao edital
370 que o Conselho quer produzir e lançar, envolvendo uma atividade de educação ambiental
371 direcionada a resíduos. Então, eu tenho acompanhado as atividades das duas câmaras
372 técnicas que estão envolvidas nisso. E eu queria apenas relatar que amanhã eu teria uma
373 audiência com a Dra. Anelise no Ministério Público, na semana que vem novamente
374 outras, que dizem respeito a assinaturas de termos de acordo da Associação Brasileira de
375 alguns supermercados e entidades que estão obrigadas pela logística reversa a dar conta
376 dos seus resíduos. E uma das atribuições que caberão a essas entidades no acordo é a
377 educação ambiental. Então, eu pretendo amanhã na audiência já relatar da existência das
378 nossas câmaras técnicas, de todo o nosso trabalho agora já envolvendo essas questões
379 de resíduos e tentarmos uma aproximação com esses obrigados à logística reversa, de
380 modo que a gente possa empreender esforços nesse sentido. Então, vamos ver como é a
381 receptividade, mas eu acho que é no caminho da gente unir aqui também o setor obrigado
382 à logística reversa, juntamente com os catadores e fazemos aqui um trabalho que seja
383 destinado a esse objetivo. E, por fim, eu queria dizer que está na nossa pauta de hoje,
384 vamos ver se conseguimos vencer, porque a pauta é um pouquinho grande mesmo, de
385 nós definirmos uma reunião com os representantes do COMAM para a comissão que vai
386 tratar da nossa Conferência Municipal de Meio Ambiente. Nessa conferência nós
387 podemos tomar duas decisões, uma que diz respeito à questão das vagas, que foi
388 mencionado aqui pelo Conselheiro da AGAPAN, das vagas para catadores, já que temos
389 entidades que não têm participado do Conselho, mas a alteração, pela Lei Complementar
390 nº 369, também tem que ser ou pode ser decidido na conferência. E o outro ponto são as

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

391 diretrizes para a política municipal de meio ambiente, que também é na conferência que
392 se decide para o próximo biênio. Então, eu penso que esses dois pontos poderão ser
393 deslocados também como uma discussão neste momento, que vai ser uma discussão
394 bem mais ampla, que vai envolver toda a sociedade. Tá bom? Mas a gente vai,
395 certamente, conversar mais sobre isso. Então, de pronto nós vamos passar para o
396 próximo ponto da nossa pauta. Tendo em vista essa pequena inversão que fizemos, com
397 a apresentação pela Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental, através do
398 Diretor Marcelo Sartori, a respeito do planejamento que essa diretoria tem para o ano de
399 2021. Então, atendendo já a fala da Dra. Marília. Então, Diretor Marcelo, seja bem-vindo.
400 Muito obrigada.

401 **4. ORDEM DO DIA:**

402 **4.1. APRESENTAÇÃO DO PLANEJAMENTO DA DLMA - DIRETORIA DE**
403 **LICENCIAMENTO E MONITORAMENTO AMBIENTAL E SEUS PROJETOS PARA O**
404 **ANO DE 2021.**

405 **Marcelo Sartori, Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental:** Boa tarde.
406 Eu que agradeço a oportunidade. Eu só fiquei com uma dúvida, que eu gostaria de sanar
407 antes da apresentação, depois da fala da Marília. Se o Conselho entender, por maioria,
408 não faço a apresentação, já que não seria esse o objetivo da reunião. **Ângela Molin,**
409 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
410 Na verdade, eu acho que a Dra. Marília está estimulando que a gente possa trazer as
411 pautas antes mesmo da tomada de determinadas decisões. Eu acho que é nesse sentido,
412 Diretor. **Marília Longo do Nascimento, OAB/RS:** Isso. Não tumultuar a nossa pauta
413 atual, mas provocar que sejamos um fórum prévio a essa diretrizes. **Ângela Molin,**
414 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
415 Perfeito! **Marcelo Sartori, Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental:**
416 Então, já agradeço a oportunidade de estar aqui. Como a Ângela fez a introdução inicial,
417 eu sou formado em biologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estou na
418 Secretaria desde 2017, metade de 2017, mas somente a partir da metade para o final de
419 2019 que assumi a função na diretoria. Com a oportunidade de mantermos o quadro da
420 Diretoria e da Secretaria nessa troca de gestão, também me foi oportunizado elaborar um
421 melhor planejamento, melhor estruturar a diretoria. Em 2019, quando eu já peguei em
422 andamento não pude fazer muitas modificações. Então, só vou apresentar rapidamente o
423 que a gente tem hoje, conforme o nosso organograma oficial. A gente tem a diretoria e
424 duas coordenações que fazem parte, uma Coordenação de Licenciamento Ambiental, que
425 talvez seja a mais conhecida, temos uma Unidade de Licenciamento, que presta apoio
426 administrativo. E aí sim vinculadas a elas as equipes que fazem a análise técnica
427 propriamente dita. E do outro lado nós temos um eixo, de certa forma é novo, mas que foi
428 reestruturado, que seria o eixo Coordenação de Diagnóstico e Monitoramento. Aqui
429 dentro, além de ter como objetivo elaborar projetos, nós temos algumas medidas que já
430 atuam, que talvez já sejam conhecidas da população e do Conselho, que são as equipes
431 de fauna silvestre, com a nossa prestigiada Bióloga Soraia. E a Equipe de Área de Risco,
432 que é da nossa também colega Engenheira Civil Vânia. São equipes enxutas, mas que
433 estão sempre atuando frente às demandas. E aí nós temos uma equipe de
434 monitoramento, todas elas dentro de uma unidade de diagnóstico, que como eu bem
435 disse no início tem como objetivo elaborar e executar alguns projetos. No início do ano,
436 quando estava montando o planejamento para essa diretoria, coloquei no papel diversas
437 ideias e depois fui fazendo uma caracterização de projetos de definindo o estágio de
438 maturidade de cada um deles e quais seriam os prioritários para que tivessem a sua
439 execução mais imediata. Então, eu posso citar alguns exemplos de projetos que a gente

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

440 já tem alguma construção, já tem uma ideia ou pelo menos a gente quer fazer algum
441 piloto. Seriam, então, a produção de um mapa de ruído e do monitoramento das emissões
442 sonoras do município. Também queremos fazer algum tipo de parceria para retomar o
443 monitoramento da qualidade do ar. Tenho muito interesse em fazer o diagnóstico e
444 monitoramento da fauna silvestre. Nesse caso, o mandamento seria sobre alguns táxons
445 específicos, não seria sobre toda a fauna, mas a partir de um diagnóstico, nós podemos
446 estabelecer, por exemplo, o monitoramento das espécies de peixes anuais, espécies
447 ameaçadas de extinção. Os bugios também, muito importantes, entre outras. Também
448 elaboramos um breve esboço do que seria o monitoramento da qualidade dos recursos
449 hídricos, que vai estar muito vinculado a um dos projetos que eu vou detalhar em seguida.
450 Nós temos também, hoje isso é feito pelos colegas do DMAE, eles avaliam as condições
451 de balneabilidade, mas nós fizemos um projeto que seria de amplitude maior.
452 Apresentamos uma proposta para a UFRGS sobre esse projeto e ao término da reunião
453 gostaria de dispor algumas situações sobre essas questões de parcerias com
454 universidade, mas esses são projetos que ainda não saíram do papel. E nós temos três
455 grandes projetos que estão em um nível de maturidade muito elevado, muito próximos de
456 uma contratação, assim eu espero. Os dois principais projetos, que para mim tem uma
457 grande importância, que eu iniciei ele sozinho em 2019, que é o projeto para a elaboração
458 do Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica e o mapeamento e
459 caracterização, ou melhor, uma atualização das áreas de preservação permanente do
460 município. O terceiro projeto é um projeto mais estruturante e seria um subsídio, uma
461 plataforma para que eu pudesse ter essas informações, fazer análises sobre essas
462 informações, uma plataforma de licenciamento e monitoramento ambiental. Eu vou passar
463 rapidamente, senão vou acabar tomando boa parte do tempo da reunião e essa
464 apresentação pode ser disponibilizada. Então, tem muito texto, mas é porque a gente
465 pegou muito dispositivo legal, tem informação, vou passar um pouquinho mais rápido.
466 Bom, sobre o Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica, a gente
467 tem uma questão extremamente importante, a mata atlântica é um nome popular dado
468 para a formação florestal conhecida como floresta tropical atlântica. Ela tem uma
469 distribuição praticamente em todo território, de norte a sul, hoje ocupando
470 aproximadamente 15% do território nacional. Se compararmos com a cobertura original,
471 restam apenas 12,4%, são dados da ONG SOS Mata Atlântica. Essa vegetação tem
472 proteção constitucional, ela foi dada primeiro na constituição federal, depois, em 2006
473 tivemos a famosa lei da mata atlântica, a 11.428, que, inclusive, coloca um dos ganchos
474 que nós utilizados para a elaboração desse projeto. Ela estabelece um fundo de
475 restauração desse bioma, mas esse fundo só poderia ser utilizado por aqueles municípios
476 que têm, efetivamente, um Plano Municipal de Conservação. No momento nós não temos
477 esse plano. Então, já fortalece, além de todos os aspectos ambientais a importância do
478 município ter um plano nesse sentido. Infelizmente, nós observando algumas questões
479 que são bem preocupantes. Nós temos muitos conflitos em relação ao licenciamento
480 ambiental e ao licenciamento urbanístico, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo
481 urbano. Isso porque sempre surgem questionamentos de diferentes interpretações legais
482 em relação à aplicação ou não desta legislação. Isso porque o mapa que está vinculado á
483 lei, o mapa do IBGE, o mapa de aplicação, não foi realizada uma escala que seja
484 adequada para identificação dos remanescentes. Então, ele traz claramente uma porção
485 de mata atlântica na região das Ilhas, porém, na parte continental do município a
486 resolução não é suficiente para que houvesse a identificação. E aí sim tu tens diferentes
487 interpretações, existe esse conflito, mas a gente sabe, profissionais da área sabem que o
488 município tem, está bem claro no Atlas Ambiental de Porto Alegre, de 2008, se eu não me
489 engano. Sem falar no fato de que estamos inseridos em uma zona de tensão ecológica,

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

490 ou seja, nós temos transições entre diferentes regiões fitoecológicas, com a importante
491 presença de junções menores, que estão muito próximas de um bioma maior, ou seja, um
492 bioma pampa, mas sim, existem remanescentes. O grande problema é que nós não
493 conseguimos mapeá-los até hoje. Então, como objetivo desse projeto, ou seja, já
494 enxuguei muitos objetivos, peguei os principais, nós queremos elaborar um estudo, um
495 diagnóstico desses remanescentes, através da localização e da identificação dos estágios
496 sucessionais de cada um deles. Ou seja, tendo como produto um mapa com camadas de
497 cada uma dessas informações. Isso nós temos como intenção, eu acredito que vai poder
498 subsidiar, vai fortalecer a gestão ambiental do município, vai dar uma maior capacidade
499 de análise, a tomada de decisão, também na formulação de políticas públicas. Nós temos
500 um grande catalisador desses projetos, que é o processo de revisão do Plano Diretor,
501 essa questão se não estivesse ocorrendo em paralelo ao processo de revisão do Plano
502 Diretor seria quase que um miniplano diretor desse bioma. Então, é importante que ela
503 esteja dentro do Plano Diretor do Município. Também subsidiar a tomada de decisão em
504 relação a futuros licenciamentos, sejam eles ambientais ou urbanísticos, no caso das
505 aprovações de projetos, estudo de viabilidade urbanísticas, enfim, talvez propiciando um
506 maior controle da pressão antrópica sobre essas áreas que deverão ser protegidos.
507 Então, vamos partir primeiro de um diagnóstico, tendo esse diagnóstico estabelecer uma
508 base de dados espaciais. Depois, no segundo momento, é que vem em cima do
509 diagnóstico a elaboração do plano municipal. Esse plano está no projeto, está bem
510 detalhado, ele seguir todo o roteiro dado, é um roteiro elaborado pelo Ministério do Meio
511 Ambiente, que é específico para a elaboração de planos municipais. Então, por fim, o
512 produto esperado ao final, além do diagnóstico, é termos um plano, esse plano deve
513 retratar a realidade do município, vai orientar todas as ações públicas que a gente já
514 falou, sem falar em toda a interface que ele deve ter ao longo do seu processo, com
515 diferentes representantes da sociedade. Então, existe nesse roteiro a previsão de oficinas
516 temáticas, de capacitação, a matéria tem que ser amplamente divulgada à população em
517 geral. E, por fim, isso está no roteiro, ou seja, é uma exigência legal, ele deve ser
518 devidamente aprovado pelo Conselho Municipal. Passando, então, rapidamente, para o
519 segundo projeto, hoje nós temos um mapeamento muito preliminar, ele foi feito sobre uma
520 Web de 2010. Então, nós identificamos dentro da Secretaria, com recursos próprios,
521 algumas das APPs no município. Entretanto, a gente sabe que na prática algumas foram
522 identificadas de forma equivocada e outras não entraram nesse mapeamento, sem falar
523 que ele também não é abrangente, ele não exauriu todas as possibilidades de
524 caracterização. Então, o principal objetivo desse projeto de mapeamento e caracterização
525 das APPs é que a gente tenha o detalhe máximo contemplando todos os dispositivos
526 legais que regram o assunto. Então, vocês já sabem, uma APP é caracterizada como um
527 espaço especialmente protegido, está na constituição, depois nós temos o Código
528 Florestal de 2012, temos a definição do que é uma APP, ela não necessariamente é uma
529 área que vai ter cobertura vegetal nativa ou não. Infelizmente, são ambientes muito
530 frágeis quando inseridos no meio urbano, sofre muita ação antrópica, mas ainda sim tem
531 funções muito importantes. Alguns exemplos, rapidamente, aqui: proteção e estabilidade
532 do solo; proteção dos corpos d'água, evitando enchentes muito comuns no município; a
533 manutenção da permeabilidade do solo, contribui para o regime hídrico. Nós temos
534 também a importante função ecológica, tanto facilitar o fluxo higiênico de fauna e flora,
535 entre outras funções, como, por exemplo, atuar como medicação em zonas de calor,
536 enfim. Aí, de novo, alguns pontos que a gente observa na prática de são negativos,
537 infelizmente há uma crescente degradação e ela está relacionada, intrinsecamente, á
538 intensificação de pressões antrópicas sobre o ambiente natural. Nós observamos que isso
539 é decorrente, isso é amplamente observado de um processo de urbanização sem

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

540 planejamento. Isso fomenta de certa forma ocupações irregulares, que vão dar o uso
541 indevido a essas áreas de preservação permanente, isso só vai causar degradação sobre
542 elas. Então, para que a gente possa tomar alguma atitude ou pelo menos subsidiar uma
543 tomada de decisão é preciso investir, melhorar essa caracterização. Os objetivos aqui
544 desse projeto, da mesma forma elaborar um mapeamento, ou seja, camadas de
545 informação espacial, caracterizando cada tipo de área de preservação permanente
546 presente no município. Além disso, quase que um subprojeto inserido dentro desse, que é
547 a caracterização das condições de uso e ocupação do solo de cada uma delas. Isso
548 também, eu disse no início que tem como catalisador e está extremamente relacionado ao
549 processo de revisão do Plano Diretor, que nesse momento é muito importante que quanto
550 maior o número de aspectos ambientais, de dados ambientais a gente puder subsidiar os
551 colegas do planejamento urbano melhor, mais robusto é o Plano Diretor, que vai sair
552 desse processo. Por fim, auxiliar na definição do que seriam aquelas intervenções
553 necessárias, não é a diretoria que tem condições de tomar uma medida corretiva, mas a
554 gente pode com esse estudo subsidiar quem tem o poder de tomar uma decisão se
555 vamos reduzir, como ter uma urbanização, uma expansão, vamos definir zonas
556 prioritárias para a preservação, conservação, recuperação, são exemplos. Da mesma
557 forma, vai ser estabelecida uma base de dados e eu coloquei nos dois projetos, essa foi
558 uma última informação, ela é a mesma, que eles vão integrar um sistema de gestão, que
559 é o próximo, o último projeto que a gente tem. Eu não posso ter simplesmente os dados, é
560 preciso ter uma plataforma que faça a leitura que me permita fazer análises, aplicar um
561 software de geoprocessamento, preciso ter informações inteligentes, cruzamento de
562 informações com os bancos de dados já existentes. Hoje nós não temos isso, mas temos
563 um projeto também, de maturidade já bastante elevada, que vai permitir absorver e fazer
564 análise sobre essas informações. Tem um ponto agora, é o último *slide*, é bem rápido,
565 porque foi falado aqui em licenciamento ambiental, enfim, o licenciamento ambiental
566 sempre vai ser demonizado de todas as formas, mas ele é uma decorrência, uma
567 exigência legal. Eu sempre vi o licenciamento ambiental como um ponto de equilíbrio, a
568 interface entre dois direitos constitucionais e fundamentais, o à livre iniciativa econômica e
569 o direito comum que todos temos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, o
570 licenciamento ambiental está no meio garantido que isso ocorra com os devidos controles.
571 Hoje eu acho que o grande problema é como ocorre o licenciamento, ou seja, como ele
572 iniciou e como vem sendo feito, nunca se investiu muito em tecnologia, em informação,
573 em automatizações, a gente sempre tratou com papel, os processos eram em papel, a
574 informação está no papel eu não consigo extrair aquela informação. Hoje eu tenho uma
575 infinidade de informações, são estudos, relatórios, declarações, certidões, mas eles estão,
576 ou em papel, ou em um arquivo digital. Eu também não consigo extrair informação sobre
577 esse arquivo digitalizado. Assim, eu entendo e vejo como uma das grandes vantagens e
578 benefícios desse sistema é que no momento em que eu consigo ter um formulário
579 eletrônico em que o relatório que hoje eu recebo, um relatório de impacto ambiental, ele
580 seja todo elaborado no formulário eletrônico, eu consigo fazer a gestão sobre cada campo
581 de entrada. Então, eu integro isso, eu amplio o meu espectro de absorção de informação,
582 de conhecimento, de dados ambientais. Eu não vou simplesmente jogar eles fora depois
583 que eu fiz a análise e emiti uma licença. Não, eu vou ficar com ele no meu sistema e vou
584 cruzar com todas essas informações que eu tenho interesse em obter. Então, acho que
585 esse é o grande diferencial dessa proposta. E é claro, vai permitir uma melhor gestão e
586 controle sobre as atividades, sobre as licenças emitidas, sobre o acompanhamento e
587 monitoramento de condicionantes específicos, principalmente aqueles relacionados à
588 instalação e operação dessas atividades. Espero obter com isso um completo
589 monitoramento, como eu disse, e gestão sobre esses dados, sempre relacionando eles e

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

590 integrando a uma base de dados permanente do município na esfera ambiental. Eu corri,
591 falei bem rápido, mas era essa a apresentação que eu queria passar para vocês.
592 Obrigado. Se alguém tiver alguma dúvida estou aqui para isso. **Ângela Molin, Secretária**
593 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada,
594 Marcelo. Já temos uma pergunta ali já no *chat*, e tu poderes responder, do José Renato, e
595 o Paulo depois pode fazer o questionamento, a Andrea também. E vamos aproveitar a
596 Andrea para fazer os nossos contatos com a UFRGS, que a gente tem tido um pouco de
597 dificuldade, né, é o nosso canal aqui. **Marcelo Sartori, Diretoria de Licenciamento e**
598 **Monitoramento Ambiental:** A pergunta do José Renato, sobre os mapas do Exército. A
599 resolução que a gente está solicitando da imagem de satélite tem que ser um para 2.500.
600 Então, é uma solução que esses mapas não têm, essa imagem vai ter que ser obtida de
601 alguma outra fonte, sem falar na qualidade cartográfica, ela tem que ser qualidade A.
602 Então, esse foi um dos motivos que demora na elaboração do termo, porque nós tivemos
603 que consultar diversos especialistas em geociências para ajudar nessa elaboração.
604 **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
605 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem, então. Paulo, tu queres fazer o teu
606 questionamento? **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Primeiro, quero parabenizar pela
607 excelente apresentação do Marcelo. Nós estamos vendo novos rumos nessa área, que
608 precisa de tecnologia precisa ter um sistema que tenha acesso público também. O
609 licenciamento é vital, a gente houve muito que – ah, trava, é uma burocracia. Eu trabalhei
610 em setor de licenciamento, o que trava são os projetos ruins, por isso que demora o
611 licenciamento muitas vezes. Quando tu apresentas um projeto ruim, ele vai voltar. Agora,
612 s estrutura apresentas um projeto bom ele logo é licenciado. Então, essa é uma falácia, a
613 gente percebe isso, projetistas dizem para empreendedor – Eu mandei lá, mas o pessoal
614 não aprovou, né! a culpa é do setor, mas não, a culpa é do projetista muitas vezes do
615 projeto ruim. Então, esse mapeamento das APPs, mata atlântica, é vital para planejar a
616 cidade. A gente tem essa pressão dos empreendedores, dos projetos que a gente quer
617 conhecer, que a gente quer interferir, tem aqueles embates no Conselho Municipal de
618 Desenvolvimento Urbano e Ambiental, que a gente quer enxergar aqui também. Então, é
619 fundamental que a gente tenha esses dados. Eu te pergunto, Marcelo, se esses projetos
620 que tu apresentaste já estão encaminhados, já estão garantidos? Falta recurso? Vai ser
621 cotratado? Era isso. **Marcelo Sartori, Diretoria de Licenciamento e Monitoramento**
622 **Ambiental:** Muito bem colocado, eu concordo com o que tu falaste na primeira parte da
623 tua manifestação. Esses três projetos que eu trouxe, os dois que dependem de uma
624 contratação, através de processo licitatório, enfim, eles já estão na fase técnica
625 concluídos e a tramitação agora é interna para que a gente pegue orçamentos diferentes
626 e aí sim dê o encaminhamento à Secretaria da Fazenda. Não sei exatamente como que a
627 Fazenda vai conduzir o processo, se vai ser pregão eletrônico, qual vai ser a modalidade,
628 mas já tem a previsão orçamentária. Como eu disse, desde 2019 eu venho renovando
629 essa previsão orçamentária. Então, eu espero não ter nenhuma surpresa relacionada a
630 esses últimos aspectos, a questão administrativa, porque a parte técnica nossa, bah,
631 fizemos da melhor forma possível. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo,**
632 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Andrea. **Andrea Pinto**
633 **Loguércio, UFRGS:** Marcelo, eu fico feliz em ver esses projetos saindo do papel. Eu me
634 lembro que esses projetos nasceram em uma demanda na penúltima Conferência
635 Municipal do Meio Ambiente, lá por volta de 2012 e 2013, eles são algumas decisões da
636 Conferência Municipal do Meio Ambiente, tanto o Plano Municipal, do mapeamento das
637 remanescentes de mata atlântica, porque a gente já se debatia com a questão da
638 aplicabilidade da lei no município. A questão dos mapas de APP, fauna, a plataforma de
639 licenciamento ambiental, são demandas antigas da cidade e que vieram trazidas pelos

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

640 cidadãos na penúltima conferência, na quarta ou na quinta conferência, eu acho que foi
641 na quarta conferências ainda. Eu tenho algumas perguntas, ligando com aquele que a
642 Marília falou. Nós tínhamos lá atrás, e a gente tinha uma construção, de fazer isso em
643 parceria sempre com o COMAM. Então, até a própria questão da montagem disso, dessa
644 discussão dos recursos, porque os recursos, e eu estou percebendo isso, os recursos que
645 vão suportar esses projetos, são projetos caros para serem contratados, eles são os
646 recursos do fundo. Eles vão ser suportados pelo recurso do fundo. É importante que a
647 gente lembre que esse recurso não é recurso que vai vir direto do cofre municipal, é um
648 recurso que pertence à sociedade, que é um recurso do fundo. E eu me lembro que uma
649 das demandas junto com os projetos era exatamente essa construção conjunta dos
650 projetos. A gente fica muito feliz que eles estejam prontos, mas a gente não os conhece, a
651 gente vai conhecer o resultado de novo. Isso é bem importante, essa parceria da
652 continuidade da política para que, efetivamente, a sociedade possa contribuir com essa
653 questão dos próprios projetos, do que a gente está construindo, de trazer muitas vezes os
654 saberes que vêm da própria sociedade, seja saber titulado, digamos, de uma universidade
655 como a UFRGS, com os saberes como a gente construiu hoje de manhã de populações
656 afetadas, de pessoas que têm conhecimento, que conhecem as regiões. Eu acho que isso
657 é bem rico para a gente trazer. Eu tenho uma dúvida em relação à plataforma, porque eu
658 me lembro, eu estava no CONSEMA, quando foi proposto a questão da plataforma do Sol
659 no CONSEMA, que tinha uma promessa, que não cumpriu, a primeira é que era uma
660 promessa de transparência dos dados. E qualquer um que já tenha tentado obter algum
661 dado como cidadão lá dentro do SOL sabe que não tem a menor possibilidade, os dados
662 são disponíveis para a Secretaria Estadual, a FEPAM e o empreendedor, ninguém mais.
663 A segunda era a questão de que esses dados seriam públicos, então, os dados brutos,
664 para que eles pudessem servir de base, inclusive, para novos estudos e novos projetos,
665 isso no SOL não acontece. O SOL transferiu o processo fechado do papel para um
666 processo fechado eletrônico, ele também é uma plataforma que não conversa com mais
667 nenhuma outra. Então, por exemplo, se eu tiver um empreendimento e eu quiser
668 conversar com os dados para fins científicos, para fins de entender um licenciamento de
669 um parque eólico feito pela FEPAM em Osório e o licenciamento de um parque eólico que
670 venha a ser feito em Santa Catarina, em Passo de Torres, do outro lado do Mampituba,
671 eles não conversam, porque os sistemas não conversam. Então, são duas caixas
672 fechadas em que a sociedade não tem acesso a nenhuma. Então, eu queria saber se
673 estão levando em conta essa questão da plataforma servir. Eu tenho alguns anos de
674 COMAM, pouco mais de 11 anos aqui e a gente já trabalhou, mesmo trabalhando em
675 papel, mesmo trabalhando em CD, mesmo abrindo arquivos, a gente já trabalhou muito
676 nos licenciamentos. Eu disse isso na reunião passada, a gente trabalhou no licenciamento
677 do Arado Velho, que não saiu, por sorte que não saiu, o do Estaleiro Só, o do Cais. Tudo
678 isso passava pelas câmeras e a gente discutia antes da emissão da licença. Então,
679 seriam essas as minhas perguntas, contribuições, considerações. Obrigada. **Marcelo**
680 **Sartori, Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental:** Assim, em relação
681 ao sistema é bastante difícil, porque no meu ver, para que isso seja sanado de uma forma
682 mais inteligente a gente tem que partir do órgão federal e aí sim a gente ir descendo
683 estados e municípios. A gente não partilha das mesmas informações, aí vai envolver
684 muito uma participação do Conselho Estadual também, porque cada Estado vai ter a sua
685 particularidade, eu acho que é muito difícil integrar 100% essa questão de sistema, mas
686 sim, eu concordo contigo, o SOL já foi e tem ao longo do tempo oferecido aos municípios,
687 mas quando nós fazemos uma análise, ele é, na verdade... Pelo menos me parece, posso
688 estar equivocado, porque nunca trabalhei internamente com o sistema, é a visão muito de
689 fora, mas ele é uma máscara de entrada. Ele é bom, porque faz um cruzamento

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

690 automatizado de informações, ele pega aquele quadro de atividades da própria Resolução
691 CONSEMA, tendo potencial poluidor, porte, ele já define a competência. Então, se eu
692 quiser – Ah, quero licenciar um posto de combustíveis em Porto Alegre, o sistema não vai,
693 ele vai dizer que é do Estado; hoje no município a gente tem que fazer isso de forma
694 manual, é um servidor que pega essa informação. Então, para ver, mesmo ruim ele tem
695 algumas vantagens, mas eu não acho que ele seja o ideal, nisso aí eu concordo que não
696 é a nossa proposta, é uma plataforma, é bem diferente, ela trabalha muito mais com a
697 gestão da informação. E aí, como eu disse durante a apresentação, eu acho que a grande
698 sacada é receber, pegar aquela informação, porque todo o processo de licenciamento
699 pressupõe um diagnóstico prévio. Então, esse diagnóstico ambiental foi feito por
700 profissionais habilitados. Toda vez que eu emito uma licença ou dou um desfecho para o
701 processo, aquela informação fica, está lá no Processo SEI digitalizado ou no processo em
702 papel, eu não tenho mais acessos, eu não tenho gestão, ela não está incorporada o
703 sistema. Eu quero trazer isso para dentro do sistema, aí eu quero cruzar isso com essas
704 bases de dados que a gente vai montar. Respondi a primeira, agora vou voltar para a
705 primeira. A questão do Plano da Mata Atlântica tem duas etapas, uma etapa de
706 diagnóstico. O diagnóstico eu entendo que a gente seguiu exatamente os requisitos
707 técnicos necessários. Enfim, se o Conselho quiser discutir essa questão técnica tudo
708 bem, mas ela é muito mais sobre a qualidade da imagem que subsidiar o estudo e da
709 escala necessária. O próprio projeto coloca como obrigação a confirmação em campo.
710 Então, existe um número mínimo de pontos que vão ser confirmados em campo. Eu não
711 me preocupo com o diagnóstico em si. Agora, o plano oficial, a gente está seguindo um
712 roteiro oficial, que é do Ministério do Meio Ambiente. Então, ele prevê diversas
713 capacitações, seminários, tem envolvimento e a palavra final, a aprovação dele é do
714 Conselho. Depois de ter todo o diagnóstico, toda a construção, ela pode ser em conjunto
715 no Conselho, não vejo problema algum, seria ótimo ter mais gente para ajudar. Se eu não
716 respondi, por favor, pode falar. (Pergunta no chat). A gente não tem hoje uma vitrine, isso
717 é uma coisa que eu coloco desde o início que eu estou na Secretaria. Eu resido em
718 Canoas, que tem um portal muito simples, mas ele é de acesso à informação à
719 população. Ou se eu quero saber um dado, a extensão, um curso d'água, uma
720 porcentagem de vegetação nativa, eu entro neste portal que é simples, que qualquer
721 pessoa não precisa ter formação, o meu filho consegue fazer isso, ele vai lá e vê. A minha
722 proposta é que essa plataforma tenha esse espelho para a sociedade. Então, a gente vai
723 ter uma parte interna que é de análise bruta, mas todo processo é público e também a
724 informação pode ser disponibilizada, mas o RIMA do EIA, é aquela coisa mais simples
725 que a população vai ter acesso, isso está previsto na construção dessa plataforma. Eu
726 vou compartilhar. Existe uma cartilha, Marília, desse roteiro, eu compartilho. Toda a base
727 legal necessária foi considerada, como eu disse, o projeto de ter um diagnóstico que
728 começa a ter um caráter deliberativo, consultivo e de acesso à população, isso bem em
729 uma segunda etapa. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio**
730 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito bem. Conselheiro José Truda. **José**
731 **Truda Palazzo, Instituto Augusto Carneiro:** Marcelo, muito obrigado pela apresentação,
732 parabéns, eu acho que vocês estão fazendo um trabalho sensacional aí rumo ao Século
733 XXI na gestão das informações estratégicas para a Secretaria. Não há outra maneira de
734 se fazer gestão ambiental do território se não houver o georreferenciamento das
735 informações vitais para isso acontecer. Então, dentro do trabalho do plano eu acho que
736 isso aí está bem contemplado. Outros conselheiros já fizeram uma série de colocações
737 importantes, eu gostaria de fazer só duas mais. Uma delas é que lá no começo da
738 apresentação tu falaste no trabalho que está sendo protegido fazer com a fauna do
739 município e a eleição de grupos aí, grupos chave para serem estudados. Eu gostaria de

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

740 fazer a sugestão de que vocês pensem um pouco também na maneira de incorporar a
741 ciência cidadã de boa qualidade nessa avaliação. Você tem, por exemplo, no caso das
742 aves aí, o Clube de Observadores de Aves de Porto Alegre, tem um pessoal fazendo
743 observações diárias na cidade inteira de altíssima qualidade em termos de confiabilidade
744 dos dados, estão levantando coisas interessantíssimas. Agora no mês passado, por
745 exemplo, houve uma identificação de algumas aves de rapina raras na nossa Zona Sul,
746 em áreas relativamente pequenas e talvez um pouco valorizadas no contexto de
747 conservação. Então, isso aí é uma coisa que vale a pena. Tem outras plataformas que
748 estão sendo usadas, inclusive, para pesquisa, como é o caso dos dados aí de Inaturalist,
749 principalmente sobre invertebrados, lepidópteros eu acho que é um grupo importante de
750 monitoramento na área urbana também. Então, isso é uma coisa que acho que valeria a
751 pena vocês pensarem, inclusive, na falta de maiores recursos, de ver como que a ciência
752 cidadã e o trabalho voluntário de observadores de natureza podem ser incorporados aqui
753 em Porto Alegre, como são em outros lugares. E a outra questão é relacionada também
754 aos recursos, e aí, Ângela, gostaria de sinalizar para o Secretário isso, a convenção da
755 diversidade biológica, que se reúne provavelmente no segundo semestre deste ano lá na
756 China, mais uma conferência das partes, tem uma vertente, um *streaming* específico de
757 biodiversidade nos municípios e há recursos para os municípios trabalharem isso. E nós
758 temos brasileiros no secretariado da convenção da biodiversidade, seria importantíssimo,
759 acho que a gente tem que pensar em um diálogo com o Secretário para que Porto Alegre
760 se represente na convenção da diversidade biológica, não precisa nem estar vinculado
761 diretamente à delegação federal brasileira, o município pode se representar lá de forma
762 autônoma, abrir um diálogo com a Secretaria e ver de que maneira nós podemos, para
763 trabalhos como esses, que são trabalhos eminentemente de conservação e gestão da
764 diversidade biológica do plano municipal, angariar recursos, cooperação técnica, acesso a
765 plataformas de tecnologia para que a gente possa contribuir para esses processos
766 andarem de maneira mais ágil. Obrigado. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de**
767 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Vamos estreitar essa
768 informação. Faremos um contato contigo, especificamente, para a gente conversar sobre
769 esse assunto. Aguarde que eu vou te chamar. Muito obrigada. vamos ver se temos mais
770 alguém. **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Marcelo, quero te
771 parabenizar pelo trabalho, realmente, nota-se o teu esmero. É muito importante essa
772 questão, sempre foi uma zona de conflito em Porto Alegre sobre o que é Mata Atlântica, o
773 que não é, até porque nós estamos em uma zona de transição entre dois biomas.
774 Inclusive, isso já foi discutido na justiça, é um tema que dá bastante pano. A minha
775 sugestão neste momento, eu faço um encaminhamento, os colegas que me antecederam
776 já colocaram bastantes dúvidas, era que pudesse fazer essa mesma apresentação nessa
777 questão específica do Plano da Mata Atlântica na Câmara Técnica de Áreas Verdes e
778 Urbanização, que é a Câmara Técnica e trata dessas questões, para que também possa,
779 eventualmente, ali tem um corpo bastante qualificado para que possam colher
780 informações e buscando auxílio, inclusive, nesse momento, quando esse plano vir a este
781 Conselho para aprovação. Esse é o encaminhamento que faço aos demais conselheiros,
782 se acharem pertinente fica essa sugestão. Muito obrigado, Presidente. **Ângela Molin,**
783 **Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:**
784 Muito obrigada, Conselheiro. Marcelo, quer fazer um fechamento para que a gente possa
785 passar para Verônica e a Gabriela? **Marcelo Sartori, Diretoria de Licenciamento e**
786 **Monitoramento Ambiental:** Então, rapidinho. Sim, eu faço a apresentação com o maior
787 prazer, acho importante. Eu até peço esse apoio no sentido de fazer uma pressão positiva
788 para que esses projetos saiam do papel, porque desde 2017 eu observo isso, a
789 dificuldade em colocar as coisas em prática. A gente tenta, tenta, nada, nada e morre na

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

790 praia. Então, eu espero que desta vez isso não aconteça, espero contar com o auxílio de
791 vocês. Só voltando bem rápido àquela questão dos projetos iniciais, tem coisas que estão
792 ainda em fase de idealização, de proposta, mas eu encaminhei em janeiro um ofício
793 através do Gabinete do Secretário, para a UFRGS, porque nós temos um acordo de
794 cooperação técnica, que é um acordo bem genérico, abrangente. Então, ali eu listei uma
795 série de áreas de interesse que eu gostaria de estreitar com a universidade, para que a
796 gente possa colocar esses projetos e ações na prática. São projetos com um escopo um
797 pouco menor, que talvez não demande um aporte financeiro tão grande quantos esses
798 dois que eu trouxe aqui. Então, eu também faço esse pedido. Eu gostaria muito de ter
799 uma inserção lá no Instituto de Ciências, algum contato mãos próximo para que eu possa
800 colocar esses projetos, debater com a universidade, tem implementar eles em parceria.
801 Obrigado pela oportunidade e boa reunião. **Ângela Molin, Secretária Municipal de**
802 **Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Muito obrigada. Quando
803 será a próxima reunião da Câmara Técnica de Paisagens Naturais? Se quiserem que o
804 Marcelo faça a apresentação a gente pode encaminhar o convite a ele. **Thiago Gimenez**
805 **Fontoura, Associação Toda Vida:** Será para amanhã, Presidente. Eu acho oportunidade
806 vocês fazerem contato com o Presidente da Câmara para tratar desse encaminhamento,
807 aí ele poder, eventualmente, pautar em uma reunião extraordinária ou na próxima
808 ordinária. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
809 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, quem sabe fazemos assim, amanhã se vocês
810 puderem conversar sobre isso na Câmara, aí digam qual a data que gostariam que o
811 Marcelo apresentasse, aí a Camila nos comunica. **Thiago Gimenez Fontoura,**
812 **Associação Toda Vida:** Está bom. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo,**
813 **Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigada. Então, vamos passar à
814 apresentação da Verônica Riffel. Muito obrigada, Verônica, pela tua presença hoje. A
815 palavra é tua. Obrigada, Marcelo.

816 **4.2. Apresentação do resultado do plantio de vegetais em vias públicas, contrato de**
817 **2020, pela DAV – Diretoria de Áreas Verdes.**

818 **Verônica Riffer, Coordenação de Áreas Verdes:** Boa tarde a todos. Eu sou arquiteta e
819 urbanista, eu sou servidora da Prefeitura desde 2015, atuei um período nas praças e
820 parques, aí acabei migrando para a arborização. Então, a gente tem uma equipe
821 multidisciplinar e a minha contribuição é mais relacionada ao planejamento urbano, a
822 gente entender a árvore dentro desse contexto urbano e compatibilizar com os demais
823 equipamentos. Então, a gente tem esse viés muito voltado para essa interdisciplinaridade
824 desse tema. Então, convidaram para a gente apresentar a questão do nosso registro de
825 preço. Eu já aproveito aqui para também introduzir novos projetos que a gente está
826 desenvolvendo. Então, o nosso principal objetivo hoje da arborização é a gente assegurar
827 que tenhamos biodiversidade, arborização em boas condições, protegermos essa
828 arborização. Ela também propiciar segurança para a população e a gente garantir a
829 ampliação e a conservação dela através de uma gestão mais eficiente e sustentável
830 possível. A coordenação de arborização urbana, então, a gente está inserido na Diretoria
831 de Áreas Verdes da SMAMUS e a gente criou essa equipe, que já mudou algumas vezes
832 o nome, mas a gente criou em 2018, com o intuito de planejar e organizar a arborização,
833 porque a arborização sempre foi muito descentralizado o planejamento, então, com as
834 zonais e, por fim, ficou a cargo dessa coordenação fazer esse planejamento centralizado
835 da arborização. Então, a nossa intenção também é diminuir custos para o município,
836 otimizando a nossa infraestrutura e garantindo a qualidade. Então, um dos nossos
837 objetivos é mais qualidade do que quantidade, porque a gente vive em um sistema
838 urbano. Então, a arborização tem que trazer mais benefício do que prejuízos para a

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

839 população. Então, a gente idealizou em 2019 uma contratação de empresa, baseado na
840 política do governo, que é a terceirização, e a gente acabou focando no planejamento, na
841 qualidade e na padronização técnica dos serviços. Então, a gente conseguiu botar na rua
842 o nosso registro de preço entendeu, que contemplava vários objetos. Então, ele tinha a
843 questão de plantio de mudas arbóreas, arbustivas, arborização em áreas de preservação
844 permanente, de recuperação, qualificação paisagística, alguns projetos especiais e ainda
845 manutenção das mudas. Então, foi destinado o recurso de R\$ 2 MI para ele. E naquela
846 época também a gente não tinha projetos executivos, isso foi um dos aprendizados que a
847 gente não consegue idealizar um projeto desse tamanho sem ter os projetos executivos.
848 Então, desenvolver os projetos e fiscalizar com a equipe que a gente tem é muito
849 complicado. Então, foi a realidade que na época a gente tinha. Então, esse valor estimado
850 para os serviços preliminares de apoio, que são diversos serviço envolvidos para
851 subsidiar o plantio em si. A gente contemplava também cinco vagas sustentáveis,
852 manutenção das mudas e qualificação paisagística. Por fim, esses itens que estão
853 destacados em azul, a gente não conseguiu colocar em prática, não conseguiu executá-
854 los. Então, eu fiz só um breve cálculo para a gente ter um entendimento real do resultado
855 em questões financeiras no primeiro ponto. Então, a gente tinha estimado 2 mil mudas
856 plantadas em vias, 2 mil mudas plantadas em APP e ainda utilizar 700 mudas do viveiro,
857 onde está o custo de implantação, mas não o custo da muda em sim. Então, somando
858 esses custos de serviços preliminares e de apoio, mais a implantação em si, que
859 representa além da muda toda a questão de composto, adequação do espaço físico, a
860 gente teria mais ou menos R\$ 315,00 a muda, com todos os custos envolvidos. Esse
861 documento também é público, o registro é público, as composições de preço. Então, a
862 gente pode passar tranquilamente. Foi feito por colega engenheiro civil, orçamentista.
863 Então, o que contempla nos serviços preliminares de apoio? São questões de limpeza de
864 terreno, aterros, escavações. A gente teve que demolir muito pavimento que acaba sendo
865 deixado embaixo das rótulas, canteiros centrais, o que inviabiliza o desenvolvimento
866 seguro da árvore. Então, a gente precisa ampliar esse solo, porque senão a gente tem
867 árvores que crescem como se fosse em vasos e a gente identifica em muitas avenidas de
868 Porto Alegre. Uma que a gente tem quase certeza que tem pavimento embaixo é a
869 Loreiro, que as árvores ficaram anãs. Então, provavelmente, tem um pavimento embaixo
870 e como não se plantava com esse cuidado antigamente, essas árvores pararem de
871 crescer em determinado momento. Tem as questões legais de licenças, taxas, que são
872 necessárias pelos responsáveis técnicos, enfim; instalações provisórias e ainda
873 administração local, que é a contratação do engenheiro civil, agrônomo, encarregado e
874 técnico agrícola. Então, está tudo incluído nesse serviço. Eu fiz uma simulação aqui de
875 uma muda plantada em logradouro público com abertura de canteiro, porque muitos
876 questionam o valor da composição desses plantios, que é um valor bem elevado. Então, o
877 plantio da muda em si, com muda, fertilizando, protetor bicolor, mais a irrigação, mão de
878 obra, transporte para essa muda chegar no local, mais as questões da empresa mesmo, a
879 bonificação e despesas indiretas, temos um custo de R\$ 213,00 aproximadamente. A
880 abertura e ampliação do canteiro, que é o fundamental para esse desenvolvimento da
881 muda, hoje ela precisa pelo menos de 3 m² ainda, dependendo do porte, que a gente
882 precisa de uma área muito maior para se desenvolver de forma segura, é um custo mais
883 de R\$ 84,00 e mais a forração do canteiro, que também tem um papel muito importante
884 em manter aquela irrigação, a árvore, manter a água no solo e não transpirar. Então,
885 também tem um custo envolvido aí. Então, o plantio hoje em logradouro público, dadas
886 todas essas questões, com a adequação do espaço, a gente no valor de R\$ 405,00. Aqui
887 também simulei em praças e parques, o canteiro central, onde não tem a questão da
888 abertura do canteiro, também uma muda se usada do viveiro, que aí tem só o custo do

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

889 tratamento, fertilizante e a mão de obra, para ela manter o custo da muda em si. Então,
890 falando precisamente da execução. Então, a gente teve um atraso no início da execução,
891 a ata foi homologada em novembro de 2019, no entanto, em função da estiagem, da
892 ausência de projetos e da pandemia, a gente teve o cronograma executado só a partir de
893 julho. Então, a gente teve um tempo pequeno para executar, de julho a novembro. Por
894 isso que a gente não conseguiu executar as vagas. Então, teve várias coisas que a gente
895 não conseguiu executar. Então, como resultado foram implantadas 1675 mudas, destas
896 1230 foram em APPs, um é em uma APP lá do Extremo Sul, em uma praça onde ela faz
897 parte do Arroio do Salso. E 930, se eu não me engano, foram implantadas na APP da
898 Orla Trecho 3 para recuperar e também qualificar essa APP que é bem extensa e também
899 representa para o nosso município. Mais 445 mudas em vias, então, sempre com a
900 adequação do espaço físico e desse total a gente acabou usando 730 mudas do Viveiro
901 Municipal, até 30 a mais do que tínhamos previsto. Além de ser muito importante usar as
902 mudas do viveiro para a questão do passivo que existe no viveiro, era o único lugar que a
903 gente encontrava muitas das espécies. Então, a gente tem todo um trabalho para
904 fomentar a produção das autópodas em Porto Alegre. Esse também é um trabalho que a
905 gente precisa desenvolver e estar no nosso radar, mas o viveiro foi fundamental para a
906 gente conseguir colocar algumas espécies no nosso projeto. Então, a ata do registro
907 encerrou em novembro de 2020, tendo esse resultado de plantio. Então, na mesma
908 fórmula que eu fiz a estimativa de custo de serviços preliminares de apoio, mais a
909 implantação de mudas, da gente chegou no valor de 251. Então, na estimativa a gente
910 tinha um custo de 315. Então, a gente conseguiu até ser mais eficientes e conseguiu
911 reduzir o preço da muda implantada, inclusive, com a questão de abertura de calçadas,
912 de canteiros e o rompimento de camada asfáltica embaixo dos canteiros centrais,
913 principalmente. Então, a gente teve um balanço muito positivo e muito importante desse
914 projeto, pois foi a nossa primeira experiência. Nós somos uma equipe que transmitida
915 desde o planejamento estratégico, com a formulação de políticas públicas de arborização
916 até o planejamento operacional com a execução e fiscalização dos serviços. Então, para
917 nós foi muito importante esse projeto, ele deu uma maturidade muito grande para nossa
918 equipe. Então, quanto aos serviços e todos envolvidos tiveram uma avaliação muito
919 positiva dessa experiência. Nós pedimos o *feedback* da empresa para entender também o
920 outro lado, para a gente entender no que pecou, no que a gente poderia melhorar e
921 tivemos uma resposta positiva da empresa frente o nosso projeto. Apesar dos problemas
922 ele disse que faria tudo de novo. Então, ficamos muito felizes. A metodologia de
923 execução, até que o meu colega Matheus já apresentou para o Conselho em setembro,
924 se eu não me engano. Então, a metodologia em si ele já apresentou. Então, foi também
925 aprovado e vai ser mantida, claro, com algumas melhorias, mas vai ser mantida. Nós
926 tínhamos um dos objetivos, que era o sucesso de pega de 70%, eu não tenho como
927 precisar ainda esses resultados, porque a gente só vai conseguir identificar quando a
928 gente tiver a contratação da manutenção e aí sim ponto a ponto a gente vai ir na muda e
929 vai verificar. Em locais que eu passo e que os colegas passam, que identificam as mudas,
930 a gente está observando um sucesso até maior do que se esperava. E a gente teve
931 também a receptividade da comunidade, a gente não teve nenhuma reclamação ou
932 questionamento, a gente teve o apoio, as mudas não foram vandalizadas, tirando na
933 Diário de Notícias, onde foram furtados os tutores, que a gente sabe que eles utilizam
934 para fazerem algumas casas improvisadas, mas as mudas em si não foram depedradas,
935 na comunidade ninguém se opôs a ter plantio na frente do seu lote. Então, a gente
936 também teve essa receptividade da comunidade. Aprendizados, que também, como eu
937 falei, a gente teve um amadurecimento, mas precisamos também avaliar quais pontos
938 precisam ser melhorados. Então, um dos aspectos, até o colega Matheus do CREA falou

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

939 da questão do responsável técnico, né. Então, é o fortalecimento desse responsável. A
940 gente acabou por um pouco de receio fazendo uma fiscalização full time, só que isso
941 onera muito a nossa equipe, a gente não consegue fazer as outras demandas. Então,
942 nesse novo projeto a gente vai solicitar diários de obra, relatórios de execução de
943 serviços. Então, a gente vai fazer auditorias em cima dessa fiscalização, fiscalização por
944 amostragem, previamente ou posteriormente, mas o responsável técnico vai ter que ter a
945 sua participação mais expressiva. Aí sim vão ser validadas todas essas informações.
946 Outro aprendizado é em relação ao cumprimento dos prazos de execução, né. Então, a
947 nós vamos elaborar um cronograma, mas a empresa vai ter que ratificar esse cronograma
948 e a gente vai ter que validar, porque a gente também depende de tantas frentes de
949 equipe, tantas a gente consegue fiscalizar. Então, não podemos ser irresponsáveis e ter
950 várias frentes atuando e a gente não ter fiscalização para fazer esse acompanhamento.
951 Então, o cronograma vai ser baseado na nossa força de equipe, quantidade de técnicos
952 aptos para fazer essa fiscalização. Outra melhoria que, na verdade, não foi uma decisão
953 nossa, foi da Secretaria da Fazenda de fazer o projeto como registro de preço. Então, que
954 ele tem só a validade de um ano, né. Então, a manutenção das mudas, por exemplo, não
955 pode ser dada continuidade porque o processo terminou. Então, a ata de registro de
956 preços terminando a gente não tinha como fazer a manutenção. Então, um dos pontos
957 prioritários e já foi falado, já tiveram reunião com a SELIC já foi dado sinal positivo por
958 eles, é que o projeto tem que ser renovável e contínuo pelo menos por 5 anos, porque
959 principalmente a produção e a manutenção de mudas não podem sofrer interrupções.
960 Enquanto, por exemplo, agora a gente está fazendo a licitação, tudo está parado em
961 função dessa nova licitação. Outro aprendizado foi a segregação dos resíduos na origem,
962 né. Então, a gente acabou não botando no contrato anterior, mas a gente vê que tem que
963 colocar como obrigação da contratada efetuar essa segregação, no momento já da
964 realização dos trabalhos, não colocar tudo no caminhão e lá no local da empresa fazer a
965 segregação. Na hora que executa a atividade já vai fazendo a segregação contínua
966 desses resíduos. Mais um aprendizado foi em relação aos projetos executivos. Então,
967 para melhorar tanto o cronograma de trabalho, a gente entender as frentes de trabalho
968 que vão acontecer, quanto para conseguir cumprir os prazos, então, são indispensáveis
969 os projetos executivos, que serão tanto desenvolvidos, estão sendo já, quanto
970 contratados. E também é fundamental aqui a fala do Marcelo, a importância do uso da
971 tecnologia. Então, assim, a gente está em fase de teste já, o coletor que a PROCEMPA
972 está desenvolvendo, a gente vai conseguir identificar os locais aptos a receber plantio.
973 Então, Via Coletora, automaticamente, a gente já tem um projeto executivo. A fiscalização
974 e a medição ser realizada pelo SPOA, a gente está na fila de espera. Então, também é
975 importantíssimo para dar celeridade e fiscalizar no tempo real, com georreferenciamento
976 dessa execução. O inventário arbóreo também está sendo feito o teste pelo aplicativo
977 coletor e o monitoramento dos plantios através de georreferenciamento da muda
978 implantada. Então, agora a gente já tem o acesso interno e a próxima etapa é fazer o
979 acesso externo para a comunidade poder fazer esse acompanhamento. Aqui eu tenho um
980 slide, que, na verdade, esse aplicativo aqui foi emprestado pelo DMAE, que está servindo
981 de base para o nosso. Então, eu não consegui fazer agora uma imagem do nosso
982 aplicativo, mas ele é praticamente a mesma coisa. Então, faz o cadastro, aparecem as
983 fotos da muda e ela aparece no mapa do Município de forma georreferenciada. Também
984 aproveito essa oportunidade aqui até para compartilhar da mesma intenção do
985 Conselheiro Truda que falou das intenções da arborização. Então, a gente também tem
986 as mesmas intenções, retomar o papel da arborização tão importante em Porto Alegre.
987 Então, a gente está pensando na construção de um referencial de arborização para o
988 futuro e para isso a gente precisa garantir que cada árvore tenha o seu desenvolvimento

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

989 pleno no seu ciclo de vida. Então, hoje o ciclo SMAMUS é a coleta e beneficiamento de
990 sementes, a produção de mudas arbóreas, arbustivas e herbáceas com foco exclusivo e
991 nativas autóctones daqui de Porto Alegre, a implantação das mudas e o estabelecimento,
992 que é a manutenção dessas mudas. Então, o ciclo passa para a SMSURB, onde eles têm
993 a questão de poda e remoção das árvores adultas e o destocamento. Aproveito aqui, vai
994 ser bem breve, se precisar a gente pode voltar a falar em relação a essa reestruturação
995 gerencial da arborização. Então, a gente está projetando a contratação de uma empresa
996 que vai atender todos esses serviços, a gente vai ter uma gestão uniforme desse ciclo.
997 Então, a proposição inédita, onde a gente está buscando convergir toda a infraestrutura
998 de logística, a questão de equipamentos, a questão de mão de obra para a gente
999 conseguir ter menos gastos e a questão da gestão fica facilitada para os técnicos. Então,
1000 outra questão também porque se colocar todo o ciclo dentro de uma contratação só é a
1001 questão da sazonalidade, onde a gente planta só em seis dos doze meses, em função do
1002 forte calor e nos outros meses a empresa de plantio ficaria parada. Então, nesse período
1003 acontece a produção de mudas, a manutenção dessas mudas. **Ângela Molin, Secretária**
1004 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Verônica, eu
1005 peço só que tu finalizes para a gente dar alguns encaminhamentos, porque tem vários
1006 conselheiros que têm limitação de tempo e às 16 horas precisam se retirar. **Verônica**
1007 **Riffer, Coordenação de Áreas Verdes:** Tá. Então, aqui eu ia só falar um pouco da
1008 estruturação do viveiro, que a gente está em encaminhamento também, mas posso voltar
1009 em outra oportunidade. E acabou. Obrigada, é muito assunto. **Ângela Molin, Secretária**
1010 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Agradeço
1011 muito e tenho certeza que todos os conselheiros estão extremamente motivados a
1012 continuarmos o debate, pelo o que vimos nas manifestações do *chat*. Eu gostaria de fazer
1013 uma proposta, de nós não abriremos as discussões. Nós temos a inscrição de quatro
1014 colegas conselheiros, mas deixamos essa discussão para a próxima reunião e
1015 colocamos esse assunto novamente em pauta. Nós podemos encaminhar esta
1016 apresentação, assim como a apresentação da Gabriela faria em relação à questão da
1017 arborização e a CEEE, porque eu acho que estão ligados esses temas. E a Gabriela faz
1018 parte da Câmara Técnica de Áreas Naturais, trabalha junto nesses projetos que a
1019 Verônica colocou. Então, eu acho que essa integração vai vir naturalmente com a
1020 participação da Gabriela, que vai poder sempre trazer para que esses temas sejam
1021 amadurecidos na câmara. Eu acho que será um bom encaminhamento nesse sentido. Eu
1022 gostaria de colocar que temos 11 minutos e agradecer a presença da Gabriela e da
1023 Verônica. Nós vamos continuar com esse debate, é extremamente interessante. Na
1024 próxima reunião do COMAM nós vamos retomar esse assunto. Eu gostaria de ver com
1025 vocês o que nós temos para deliberação, se podemos enfrentar todos os temas, ou se
1026 não dá todos quem sabe ao menos um deles. Em relação à aprovação nós temos aquele
1027 encaminhamento que veio da Câmara Técnica de Legislação Ambiental, que é o parecer
1028 favorável por maioria na Câmara Técnica, para a revogação da Resolução nº 01/2016,
1029 que é aquela que diz quais atividades que são incidentes de licenciamento ambiental. E
1030 eu também gostaria de marcar agenda para a reunião de organização da Conferência
1031 Municipal de Meio Ambiente. Eu gostaria que fosse no início do mês de abril, que é fora
1032 da nossa reunião do COMAM. Nós temos dois representantes eleitos pelo Conselho, que
1033 é o Conselheiro Thiago, para que a gente possa marcar uma agenda. Não sei o que
1034 acham, se poderia ser... Nós temos as homologações para as Câmaras Técnicas
1035 também, temos um pedido de inclusão na Câmara Técnica de Áreas Naturais do
1036 Conselheiro Thiago, no lugar da Lígia Miranda. Todos concordam com essa substituição?
1037 Sim. Então, homologado o nome do Conselheiro Thiago para a Câmara Técnica de
1038 Paisagens Naturais. E com relação a conversarmos sobre, se podemos marcar uma

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1039 reunião para semana que vem, Conselheiro Thiago. Aí eu entro em contato pessoalmente
1040 contigo por telefone para marcarmos uma reunião para falarmos sobre a conferência.
1041 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Sim, Presidente. Fico à disposição.
1042 de preferência via Whats. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio**
1043 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Está bom, envio em algumas possíveis datas
1044 para que a gente possa encontrar uma data para todos. Eu acho que tem mais uma
1045 pessoa que é representante também aqui do Conselho, a AGAPAN. Paulo, tu mesmo que
1046 vais participa ou vai indicar alguém? **Paulo Renato Menezes, AGAPAN:** Nós tínhamos
1047 indicado a Simone Azambuja, mas eu quero também trazer rapidamente uma questão,
1048 nós reunidos com vários integrantes do movimento ambiental e outros integrantes do
1049 movimento social, inclusive, alguns conselheiros, nós achamos que no período da
1050 pandemia nós questionamos a conveniência de se realizar a conferência. Naturalmente,
1051 neste momento teria que ser virtual, no nosso entendimento um encontro desse tipo,
1052 dessa importância, que há anos vem sendo esperado, senão traria muitos prejuízos em
1053 termos de participação, de realmente extrair resultados que a gente espera por tanto
1054 tempo. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1055 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Então, vamos fazer o seguinte, a comissão que vai tratar,
1056 com os dois representantes do Conselho, mais o pessoal da Secretaria, que a gente vai
1057 envolver, vamos tratar desse assunto também e na próxima reunião a gente traz um
1058 resultado para todos os conselheiros e aí a gente pode decidir sobre isso. Colocamos em
1059 pauta para deliberar sobre isso. Pode ser assim? Aí o Conselho decide. Temos ainda 5
1060 minutos. Podemos deixar os outros dois temas, que eu acho que vão nos tomar mais
1061 tempo, para a próxima reunião ou entendem que está maduro? Porque os outros dois
1062 temas de deliberação são da Revogação da Resolução nº 01/2016, que já passou pela
1063 Câmara Técnica de Legislação e uma deliberação quanto aos encaminhamentos que nós
1064 vamos dar para as entidades que têm tido ausência permanente nas nossas reuniões,
1065 inclusive, nas Câmaras Técnicas. Nós abrimos um expediente, mandamos com acesso
1066 externo para todos os conselheiros verificarem as providências que a Secretaria já tomou
1067 em relação a esse assunto. Então, eu gostaria que vocês olhassem, colegas, para que a
1068 gente pudesse decidir conforme o nosso Regimento Interno a exoneração desses colegas
1069 que não participam mais por várias reuniões, tem ausência seguida por várias reuniões.
1070 Conforme o nosso Regimento Interno, no artigo 11, nós podemos eleger outra entidade
1071 para fazer parte em substituição, ao menos para completar este biênio e depois repensar
1072 na conferência a alteração de quem compõe o COMAM, como está previsto na Lei
1073 Complementar nº 369. Então, parece que é um tema delicado, mas é um tema importante,
1074 acho que a gente pode despender um pouquinho mais de tempo para esse debate, se
1075 vocês concordarem. Aí deixaríamos já para a próxima reunião. O que acham? Coloco isso
1076 em votação. **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Presidente, dada a
1077 relevância dos temas tenho uma Questão de Ordem. O Regimento faculta a convocação
1078 de reuniões extraordinárias ao presidente, ao Comitê Executivo ou por consideração de 5
1079 conselheiros. De antemão, proponho que seja convocada no meio de abril uma reunião
1080 extraordinária para que possamos debater essas pautas. Essa é a minha sugestão, até
1081 pela questão de tempo, uma reunião mensal com 2 horas, não vamos conseguir exaurir a
1082 pauta. Caso a Presidente não acate, desde já vamos tentar conseguir mais quatro
1083 conselheiros para tentar convocar essa reunião extraordinária. **Ângela Molin, Secretaria**
1084 **Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito, eu
1085 não me oponho a uma reunião extraordinária. Se todos concordarem podemos marcar
1086 para daqui 15 dias. Então, poderíamos fazer na outra quinta-feira, 8 de abril, aí esses
1087 quatro temas entram na pauta. Temos concordância? Alguém se opõe? Se alguém se
1088 opõe, por favor, que nos diga só para registrar. Vou considerar como uma unanimidade.

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1089 Então, dia 8 de abril faremos uma reunião extraordinária para esses temas. O José
1090 Renato tem uma Questão de Ordem. **José Renato Barcelos, MJDH:** Eu só queria
1091 colocar que podem surgir alguns ponto a mais, porque acho que essa questão do tempo
1092 nós temos que aprofundar um pouco, talvez não limitar a um tempo em uma hora a mais,
1093 mas estabelecer um consenso de que se nós entendermos que é pouco tempo, a gente
1094 mesmo delibere por 15 minutos, meia hora, até uma hora a mais, para garantir... **Ângela**
1095 **Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e Sustentabilidade –**
1096 **SMAMUS:** Em cada reunião? **José Renato Barcelos, MJDH:** Até o esgotamento dos
1097 temas, do ponto de vista do esclarecimento de todo mundo, eu acho que é isso que o
1098 Truda está propondo e eu também apoio. No mais, a proposta é bem interessante.
1099 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1100 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Perfeito. Essa questão do tempo, inclusive, eu vou olhar
1101 com calma no regimento Interno para ver se tem alguma limitação, alguma questão
1102 assim, aí a gente pode discutir isso novamente a cada reunião quando houver
1103 necessidade. Ficamos com uma reunião extraordinária. É que agora as nossas reuniões e
1104 as Câmaras Técnicas estão em tão pleno funcionamento, que a gente tem muitos temas
1105 para trazer e debater. Então, realmente, o tempo tem ficado curto, mas nesse tempo a
1106 gente fica satisfeito que tem funcionado. Mais alguma questão? **José Renato Barcelos,**
1107 **MJDH:** Eu só peço um cuidado, é que nós primeiro esgotemos as possibilidades de
1108 manter os conselheiros que ainda estão, as entidades que ainda estão. Claro,
1109 evidentemente, tem esse dispositivo muito claro no regimento e tal, mas acho que já foi
1110 emitido um comunicado bastante claro, inclusive, uma provocação nossa nesse sentido. A
1111 gente vai ter que se manifestar em curto espaço de tempo e aí sim, não havendo, para
1112 não quebrar essa rotina, inclusive, da tradição das entidades que compõem o Conselho.
1113 **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1114 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós realmente tentamos com uma das entidades,
1115 telefonemas e tudo mais, mas a gente não teve resposta. Então, temos que tomar uma
1116 decisão, mas o expediente está aberto para que todos, os conselheiros fiquem ali as
1117 medidas que foram adotadas, se julgarem que não foram ainda esgotados todos os
1118 meios, aí a gente pode tomar essa decisão. O Paulo mesmo está dizendo que não
1119 conseguiu contato com a UAMPA, nós também não, Paulo. Tentamos todos os telefones,
1120 mandamos correspondência, e-mail e não conseguimos. É a entidade que não se fez
1121 mais presente. **José Renato Barcelos, MJDH:** Parece que a UAMPA tem uma indicação,
1122 só não formalizou ainda. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio**
1123 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Se tu puderes verificar isso será ótimo,
1124 porque para nós eles não responderam. **José Renato Barcelos, MJDH:** Tudo bem, eu
1125 faço isso. **Ângela Molin, Secretaria Municipal de Urbanismo, Meio Ambiente e**
1126 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Eu agradeço muito a presença de todos. Eu quero me
1127 desculpar se eu não tenho às vezes o traquejo necessário para presidir uma reunião
1128 dessa envergadura. Eu estou cumprindo aqui um pedido do Secretário de auxílio, porque
1129 ele tem tido tantas pautas ultimamente, mas eu peço desculpas aos conselheiros de a
1130 reunião ficou um pouco tumultuada, mas a gente está tentando aqui levar isso da melhor
1131 forma para que todos possam ter voz, vez, que é o que a gente quer, é participação.
1132 **Thiago Gimenez Fontoura, Associação Toda Vida:** Eu acho que conduz muito bem a
1133 reunião, Ângela. Tu tens traquejo para fazer. Só para pontuar essa questão das
1134 entidades, eu acho que era importante mandar um levantamento para todos os
1135 conselheiros das entidades que estão faltando, das que não vieram, para que possamos ir
1136 pensando. A gente não pode substituir, nós temos que substitui por uma entidade
1137 congênere. Então, talvez não tenhamos uma alternativa, dependendo da entidade talvez
1138 não tenha outra igual na cidade. Então, temos que estudar bem, até para apresentar uma

Conselho Municipal do Meio Ambiente C O M A M – Porto Alegre/RS

REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMAM

1139 boa proposta na conferência. **Ângela Molin, Secretária Municipal de Urbanismo, Meio**
1140 **Ambiente e Sustentabilidade – SMAMUS:** Nós temos esse levantamento pronto. A
1141 Camila já fez. Nós mandaremos por e-mail. Está no processo, Thiago. Pessoal, muito
1142 obrigada pela presença de todos. Até mais. Um abraço.

1143 **Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião do Conselho Municipal**
1144 **de Meio Ambiente, às 16h15min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia**
1145 **Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio**
1146 **da presunção de veracidade.**

1147

Porto Alegre, 25 de março de 2021.